

ENSAIANDO APROXIMAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA A LUZ DO OLHAR PÓS-COLONIAL

Domitila Costa Cayres¹

Realmente, é claro que o eterno, na história, não pode ser senão produto de um trabalho histórico de eternização. O que significa que, para escapar totalmente do essencialismo, o importante não é negar as constantes e as invariáveis, que fazem parte, incontestavelmente, da realidade histórica: é preciso *reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização*, ou, se assim preferirem, a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação (...), que se realiza permanentemente (...) e através da qual a ordem (...) se vê continuamente reproduzida através dos tempos (Bourdieu, 2010, p. 100-101, grifo do autor).

Resumo

Partindo da perspectiva dos grupos e culturas historicamente discriminados se busca, por meio da recuperação dos aportes dos estudos pós-coloniais, sobretudo, os desenvolvidos por Dussel (2005), Fanon, (1983) e Hall (2003), a ampliação dos horizontes teóricos e analíticos para uma adequada compreensão dos processos de opressão sofridos pelos grupos subalternos. Parte-se do reconhecido de que, embora a abordagem pós-colonial venha sendo frequentemente mobilizada para superação de uma visão essencialista da história moderna, que sedimenta uma visão excludente da vida social, existem ainda poucos trabalhos empíricos com foco voltado para a intersecção dos elementos raciais e de gênero. Busca-se preencher essa lacuna, assim, o ensaio tem como propósito pensar a discriminação de gênero e raça sofrida pelas mulheres negras no Brasil, tendo como referente empírico dois fóruns da sociedade civil brasileira, quais sejam: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Para isso, um estudo documental foi realizado e identificou-se que, estes fóruns mobilizam diferentes repertórios de ação política (cf. McAdam, Tarrow e Tilly, 2009) e optam por uma organização em redes interorganizacionais (Scherer-Warren, 2006), que possibilitam a articulação de diversas associações e movimentos sociais nacionais na expressão de demandas simbólicas e na consolidação de uma plataforma transversal de direitos que contemple a inclusão de diferentes identidades e valores em torno das questões feministas e étnicas. Apesar das diferenças temáticas e ideológicas, o estudo aponta que as articulações, amparadas por uma concepção ampla e transversal de direitos humanos, buscam estabelecer redes de solidariedade e de mútua-ajuda em busca de maior atuação e visibilidade na esfera pública e nos processos de desestabilização dos discursos dominantes com possibilidade de construção de novas subjetividades e de um projeto emancipador de sociedade mais justa e equânime.

Palavras-chave: estudos pós-coloniais, movimentos sociais, gênero, raça, redes sociais.

¹ Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsita CNPq. E-mail: dccayres@yahoo.com.br

Introdução

O chamamento de Bourdieu (2010), para uma revisão crítica do alcance teórico e analítico de certas abordagens que tradicionalmente têm sido referência para a leitura e entendimento das relações de gênero, aponta para a necessária des-historicização da história da dominação masculina. Para um outro conjunto de teorizações e autores, como por exemplo, Dussel (2005), Fanon, (1983) e Hall (2003), atentos para as tensões e desdobramentos que a reconfiguração das forças e das relações sociais produziam no mundo do pós-guerra, o reaparecimento do tema do multiculturalismo no contexto pós-colonial sinaliza para a des-colonização da história e do saber com vistas à compreensão das mudanças e do lugar que a contestação política assumiu no mundo global.

Em parte, e a despeito das diferentes variações e linhagens interpretativas, estas iniciativas de revisão questionam os alicerces de construções teóricas pautadas na concepção essencialista de sociedade moderna (fruto do Iluminismo), que não reconhece que o social é constituído e se constitui por formações discursivas de uma pluralidade de sujeitos, que partilhando de identidades múltiplas e complexas, estabelecem relações discursivas antagônicas que extrapolam a fronteira das contradições de classe (Hall, 2003; Dijk, 2008; Laclau e Mouffe, 2004). Por outros termos, partem do princípio que ‘toda enunciação vem de algum lugar’ (Costa, [s/d]) não definido *a priori* como um lugar essencialmente privilegiado, questionando qualquer tentativa essencialista e binária de explicação dos fenômenos sociais.

Assim, partindo da perspectiva dos grupos e culturas historicamente subalternas e discriminadas, algumas teorizações advogam que os sentidos e os significados das relações sociais de poder devem ser (re)criadas para cessar a reprodução das formas materiais e simbólicas de subordinação. Dentre as possibilidades desta reinterpretação, opto pela lente dos estudos pós-coloniais. Busco alargar a compressão dos processos de subalternidade e tomo como foco certos elementos discursivos que embasam práticas de subordinação, especialmente as de discriminação racial e de gênero sofrida pelas mulheres negras no Brasil.

Tais estudos são derivados de diferentes matizes e matrizes teóricas² sem, contudo, conformarem propriamente um arcabouço teórico unificado. Entretanto, o núcleo comum das análises reside no diálogo crítico com as teorias clássicas da modernidade, da pós-modernidade e na busca da desconstrução do discurso eurocêntrico e da tendência universalizante do projeto de modernidade. Não é objetivo, neste ensaio detalhar as diversas

² Para um mapeamento dos diferentes estudos pós-coloniais ver: Costa, [s/d].

referências analíticas, mas sim, apresentar um pequeno recorte e algumas contribuições de diferentes enfoques em um diálogo transversal e crítico com parte desta literatura.

O caminho que pretendo trilhar convida para uma mudança de angulação, ampliação do foco e ajustamento da perspectiva do nosso olhar, de modo a lançar luz e perfilar a existência de um ponto de vista para além daquele, que tem como referência a modernidade do homem branco europeu. Trata-se de um outro posicionamento menos particularizado e que considera como legítimo o lugar de enunciação e o ponto de partida do colonizado, ultrapassando os horizontes da história moderna em direção a uma visão pós-colonial. Como bem lembra Hall (2003, p. 56), pós-colonial ‘não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. [...]. Ao contrário, marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra’, remetendo a contextos diversos de opressão definidos em termos de discriminação raciais e/ou de gênero e a superação de um viés essencialmente eurocêntrico na produção do conhecimento. Este olhar não implica na consideração de que os problemas do colonialismo foram devidamente equacionados, mas alude para um processo de reconfiguração do campo discursivo que desloca as relações hierárquicas de poder ‘reencenando-as como lutas entre forças sociais nativas, com contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade, ou entre ela e o sistema global’ (Hall, 2003, p. 56).

Neste sentido, o mérito desta abordagem não reside no desenvolvimento de um arcabouço teórico fortemente estruturado (uma vez que almeja uma reflexão ‘para além da teoria’), mas no exercício de reunir diversas contribuições que têm como pressuposto a desconstrução de essencialismos conformando ‘uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade’ (Costa, s/d, p. 1-2).

A finalidade é uma fazer um ensaio, uma abordagem tentativa, aérea e preliminar. A dificuldade reside justamente na manipulação e aproximação destas frentes analíticas (algumas ainda em experimentação) e do reconhecimento que nas abordagens coloniais a intersecção dos elementos raciais e de gênero aparece ainda de forma muito sumarizada na literatura. Portanto, o que aqui será posto aproxima-se mais de um ensaio: prova de diferentes elementos da abordagem pós-colonial, tenta uma conexão entre os argumentos da temática de gênero e de raça e busca uma mudança de olhar a partir da consideração de duas formações discursivas empiricamente localizadas construídas através de práticas articulatórias em rede, quais sejam: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

Para isso, pretendo na próxima seção, rapidamente, mostrar que para a operacionalização desta mudança de perspectiva o princípio essencialista fundamental do conteúdo histórico da modernidade deverá ser colocado em suspenso.

Posto alguns dos argumentos dos estudos pós-coloniais vale, em momento posterior, averiguar estas contribuições para os processos recentes de formação discursiva em redes no Brasil na busca de uma maior atuação, visibilidade, inclusividade e, fundamentalmente, como esta lente interpretativa pode iluminar o entendimento dos processos de desestabilização dos discursos dominantes com possibilidade de construção de novas subjetividades. Aqui, o discurso hegemônico que se quer destacar é aquele que serviu de base para a construção das relações de dominação racial e de gênero, e neste caso, retomo e articulo fundamentalmente os aportes de Saffioti (1987) e Bourdieu (2010) para o debate sobre gênero³, e Silva e Rosemberg (2008) para a discussão racial. Portanto, o debate sobre a constituição de redes de articulação estabelecidas no interior da sociedade civil por sujeitos subalternos, será precedido por uma discussão sumária sobre alguns discursos que ajudaram a sedimentar a discriminação de gênero e raça.

Ensaando a ampliação do foco, superando o essencialismo

Como tarefa inicial, indico que os estudos pós-coloniais têm como ponto de referência o questionamento de certa leitura particular da história moderna pautada na distinção dualista ocidente x oriente que se consolidou e se expandiu historicamente, e a partir da qual, uma das partes – o ocidente – torna-se a representação e a referência de valores sociais, culturais e morais como um autêntico ‘regime de verdade’ (Costa, s/d, p. 4). Como comenta Fanon, ‘la impugnación del mundo colonial por el colonizado no es una confrontación racional de los puntos de vista, [...] sino la afirmación desenfrenada de una originalidad formulada como absoluta’ (Fanon, 1983, p. 23).

O argumento, recuperado por alguns autores dos quais destaco Costa, Fanon, Hall e Dussel, problematiza o que está na base deste dualismo: o estabelecimento de distinções maniqueístas e hierárquicas, sendo uma dada estrutura social, uma raça, um gênero, uma parte do globo, certo sistema político e formas de conhecimento os definidores dos parâmetros de compreensão, concepção e da representação da realidade.

³ Agradeço ao Prof. Dr Thimoteo Camacho, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, pela gentil indicação desta literatura.

De fato, uma das heranças da história edificada sob a égide de referenciais eurocêntricos, foi o estabelecimento de uma discursividade que, de alguma forma sempre procurou apagar a memória do “outro”, buscando deslegitimar a sua história, seus costumes, sua cultura. Desde a conquista das Américas até a colonização dos povos africanos, a história do mundo moderno é a história da ‘negación sistemática del otro, una decisión furiosa de privar al otro de todo atributo de humanidad, [ao ponto do] dominado a plantearse constantemente la pregunta: “¿Quién soy en realidad?”’ (Fanon, 1983, p. 154).

É neste sentido que Edward Said remete à ideia da existência de um Orientalismo que, embora faça referência

Vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo em que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser (Said *apud* Costa, s/d, p.3).

De acordo com Costa (s/d, p. 4), foi Hall (1996) quem buscou generalizar o caso do Orientalismo, mostrando que a existência da distinção entre West/Rest, o Ocidente – moderno, civilizado, bom – e o resto do mundo – atrasado, incivilizado, ruim –, está ‘na base de constituição das ciências humanas e da sociologia, em particular’. Neste espírito, o autor questiona a legitimidade do saber científico que, sob o signo da dicotomia West/Rest, foi o princípio epistemológico de referência para a produção do conhecimento e serviu de parâmetro para a construção de outros binarismos, tais como, a distinção hierárquica erroneamente estabelecida entre brancos e negros e entre homens e mulheres.

Uma crítica contundente ao eurocentrismo da modernidade também é propalada por Dussel (2005, p. 6), o qual questiona o argumento de que a modernidade remeteria a processos exclusivamente internos à Europa produzindo certo tipo de mística de índole negativa, irracional e violenta definida a partir dos seguintes conteúdos: a) a civilização moderna sustenta uma posição de superioridade e desenvolvimento; b) como exigência moral, esta superioridade estabelece o desenvolvimento dos mais primitivos; c) o processo educativo de desenvolvimento dos rudes deve seguir o parâmetro europeu; d) se necessário for, justifica-se o uso da violência caso o bárbaro coloque obstáculos ao processo civilizador (concepção de guerra colonial justa); e) esta dominação produz vítimas (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica), sendo a violência interpretada como um ato forçoso, um sacrifício salvador das vítimas; f) a culpa é dos primitivos pela resistência ao

processo colonizador, sendo a modernidade isenta de qualquer culpabilidade em razão de sua missão emancipadora; g) são inevitáveis os sacrifícios sofridos pelos povos atrasados.

A partir destas constatações, Dussel (2005, p. 5) afirma ser necessário rechaçar o mito da modernidade civilizatória e inocente com vistas a sua superação, desvelando a sua perversidade e pretensa identificação com a ‘universalidade-mundialidade’, dando a (re)conhecer a “outra-face” negada e vitimada da “Modernidade” [que] deve primeiramente descobrir-se “inocente”, para que seja possível a sucessão da razão emancipadora pela ‘razão libertadora’.

Estes autores – que inclusive tem sido referência para alguns movimentos anti-coloniais – ao buscarem reinterpretar a história da modernidade a partir de um outro olhar, o olhar dos sujeitos dominados, buscam elucidar e denunciar os processos de genocídio e etnocídio empreendidos pelo projeto colonizador, recuperando a memória e a história dos oprimidos desestabilizando os centros hegemônicos de enunciação do conhecimento e do poder.

Como lembra Scherer-Warren (2009, p. 6), ‘a história da colonização tem que ser reescrita e reinterpretada, mas, acima de tudo, é necessário descolonizar as mentes [estabelecendo] uma ética de posicionamento e de comprometimento com a cultura e com o conhecimento, que influencia os caminhos da história’. Ou seja, é necessário um novo posicionamento do intelectual em relação ao conhecimento e aos sujeitos estudados, com vistas ao rompimento e a superação das dicotomias que separam o “eles” do “nós”, para que seja possível desenhar um novo retrato histórico, mais colorido, plural e multifacetado, e comprometido com as memórias coletivas que foram sistematicamente camufladas pelo processo histórico da subordinação.

Concordando com os autores e seguindo o raciocínio de Costa (s/d, p. 4), parto da premissa que abordar os fenômenos sociais pela perspectiva pós-colonial implica na desconstrução de polaridade que tem como pedra angular de referência a distinção ‘West/Rest constituída, historicamente, no âmbito da relação colonial, mas que se perpetua mesmo depois de extinto o colonialismo’ e que privilegia certos modelos e conteúdos pautados na reprodução de relações de discriminação e subordinação. Foi o estabelecimento desta dicotomia, que expandida a todos os âmbitos da vida e das relações sociais, definiu os ‘valores, normas sociais e estruturas sociais encontradas nas sociedades definidas como ocidentais como o parâmetro universal que define o que são sociedades modernas’ (Costa, s/d, p. 5).

Transportando esta leitura para os termos deste ensaio, a abordagem pós-colonial será aqui mobilizada para se pensar as interfaces de discriminação de gênero e raça sofrida pelas mulheres negras no Brasil, entendendo-se que estas dicotomias (homens x mulheres, brancos x negros) constituem estruturas de dominação ainda muito presentes na sociedade brasileira. Parte-se do pressuposto de que os estudos pós-coloniais, ao trazerem elementos para o questionamento dos mecanismos históricos de opressão a que estão sujeitas as mulheres negras, incorporam contribuições para se pensar a exclusão e discriminação para além dos enfoques exclusivamente classistas e/ou culturalistas, pensando em formas de desconstrução dos discursos hegemônicos e como meio de ação para dar voz a este segmento nas práticas social, política e institucional permitindo que um novo olhar seja lançado sobre os processos históricos.

Para isso, adoto aqui os conceitos de gênero e raça entendo-os enquanto categorias sociológicas que compreendem os processos de discriminação social, material e simbólico como resultado de construções sociais historicamente e culturalmente determinadas que devem ser problematizadas. Considera-se que, a sociedade brasileira é racista e machista na medida em que adota práticas discriminatórias, excludentes e vexatórias contra negros e mulheres ancoradas na dominação dos brancos e dos homens que é sustentada e associada ao princípio binário e essencialista da superioridade deste em relação àqueles⁴. Parte-se, portanto do pressuposto de que, as mulheres negras sofrem processos múltiplos e acumulativos de subordinação e desvantagens sociais perpassados por formas complexas e variadas de discriminação e preconceitos, que deixam marcas e impactam as suas vivências. Portanto, a opressão cotidiana sofrida pelas populações femininas e negras alerta para a naturalização da subalternidade e subserviência da mulher negra que, a seguir, será problematizada.

Ensaio de questões de gênero e raça

Não é difícil perceber, e muitos estudos apontam, que negros e brancos, mulheres e homens, pobres e ricos não ocupam lugares e posições sociais iguais, sendo atribuídos a cada um dos pares desta dicotomia papéis diferenciados, os quais a sociedade espera e delimita que estes devam desempenhar. A discriminação de gênero e racial, como resultado de um sistema discursivo de dominação recriado e reproduzido durante séculos (ou milênios, como no caso

⁴ Este argumento, apresentando algumas modificações, foi tomado de empréstimo de Silva e Rosemberg, 2008, p. 74.

das mulheres), produziu e permitiu a naturalização de relações de subordinação, como se estas fossem elementos próprios da essência e da natureza do negro e da mulher, e não como um processo histórico construído socialmente.

De acordo com Saffioti (1987), rigorosamente os seres humanos nascem machos ou fêmeas, de pela clara ou escura. Mas, seria por meio de elementos da história da sociabilidade humana, materializada pela cultura, pela língua e pela educação, que se tornam homens e mulheres, brancos ou negros. Assim sendo, a identidade social é adquirida e construída socialmente e é por meio ‘de representações negativas e de construção de uma identidade negativa que, embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada’ que as vítimas da discriminação racial e de gênero percebem e sentem a sua exclusão (Munanga, s/d, p. 2).

A elaboração social de fenômenos naturais, mesmo sendo uma atividade própria da natureza humana, não é em si essencialmente neutra sendo ‘preciso atentar para o processo inverso, que consiste em *naturalizar* processos socioculturais’ como se estes fossem dados naturais (Saffioti, 1987, p. 10-11, grifo da autora). Neste sentido, a consideração automática de que o negro, a mulher e o pobre ocupem certos espaços, desempenhando certas funções, implica em naturalizar um processo que é resultante da história socialmente construída de forma diferenciada. Assim – como continua argumentando a autora – é de extraordinária importância que se reconheça que a naturalização dos processos sociais, históricos e culturais de discriminação constitui o percurso mais simplificado para legitimar a “superioridade” dos brancos, dos homens, dos ricos, dos heterossexuais e de outras categorias sociais tidas como superiores.

É neste sentido que seria necessário indagar pelos mecanismos responsáveis pela ‘eternização’ de certas estruturas que sustentam a divisão sexual e de raça para por em marcha, o que Bourdieu (2010, p. 5) chama de ‘um progresso na ordem do conhecimento que pode estar no princípio de um progresso decisivo na ordem da ação [que devolverá] à ação histórica, a relação entre os sexos [e raças] que a visão naturalista e essencialista dela arranca’.

Dentre as instituições responsáveis pela manutenção dos complexos mecanismos simbólicos e materiais de neutralização histórica, Bourdieu destaca a família, a igreja, a escola, o esporte e o jornalismo. Destaco, também, os argumentos de estudos pretensamente “científicos”, utilizados para afirmar a “superioridade” dos homens e dos brancos em face da “inferioridade” das mulheres e dos negros, que legitimados pelo ‘discurso competente’ (Chauí, 2006) das teses biológicas e evidências orgânicas, afirmam que mulheres seriam em

relação aos homens naturalmente mais frágeis, emotivas, dóceis, passivas, resignadas e menos inteligentes e racionais. Os negros seriam, de forma análoga, em virtude de sua aparência e cultura, naturalmente impuros de sangue, aptos aos trabalhos árduos, supersticiosos, ora rebeldes e violentos ora conformistas e passivos, se comparados aos brancos. É, portanto, a condição de homem branco evidenciada “cientificamente”, ou nos termos de Bourdieu, é a condição masculina e branca ‘construída socialmente e socialmente constituída’ que define e estabelece os atributos e padrões universais da humanidade referenciada na modernidade européia, que inclusive motivou e justificou a implementação de práticas de genocídio por todo o mundo.

O notável discurso da superioridade dos europeus brancos pautado na dicotomia West/Rest pode ser atestado pelos diferentes sistemas de discriminação e subalternização ainda existentes em várias partes do globo. Um exemplo, para o caso brasileiro que corrobora este argumento, é o estudo de Silva e Rosemberg (2008) que após organizarem e sistematizarem a literatura sobre o discurso e a representação dos negros nos diversos veículos midiáticos, afirmam que é possível observar na literatura adulta e infanto-juvenil, nos livros didáticos, na imprensa, no cinema brasileiro e na televisão, uma discursividade que hierarquiza brancos e negros, sendo os brancos os representantes naturais da espécie humana e os negros, quando representados, são recorrentemente associados a criminalidade, a funções socialmente desvalorizadas, aos extratos socioeconômicos mais baixos a exploração de estereótipos infantilizados e subservientes. A veiculação destes discursos é ainda sedimentada pelo mito da ‘democracia racial’ (Freyre, 1933) que circula no imaginário brasileiro, naturalizando as desigualdades sociais e econômicas atribuindo somente ao passado escravista a fonte destas desigualdades, não reconhecendo as formas simbólicas de discriminação cotidianamente exercidas.

Quando do cruzamento com a variável gênero, os autores comentam que:

[...] as personagens brancas foram a norma social e vários indicadores apontam para seu tratamento literário mais complexo que o das personagens negras. A mulher negra, além de sub-representada inclusive em relação ao homem negro, quando retratada, a tendência geral é de reproduzir os papéis estereotipados (...) de mulher hipersensualizada (...) ocultando os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira e construindo um discurso que ignora o papel da mulher negra na formação da cultura nacional, particularmente seus papéis na estrutura, organização, e manutenção da família (Silva e Rosemberg, 2008, p. 84).

A imagem social que se tem da mulher negra está associada a um contexto de inferioridade e negatividade, ancorada em discursos e práticas racistas, sexistas e

marginalizadoras, que sob o simulacro da democracia racial e da naturalização da subordinação, negligenciam os efeitos perversos desta dupla discriminação.

Nota-se assim que, na releitura da trajetória histórica de certos grupos subalternos, a vida do negro, entrecruzada pela distinção de sexo, adiciona a vida da mulher negra um ingrediente a mais de perversidade e exclusão. Portanto, a discriminação assume feições sociais diferentes quando à categoria raça combina-se à variável gênero. No caso das mulheres negras é possível falar que sob este grupo incide um duplo processo de dominação derivado de um *mix* de discriminação de gênero e racial elaborado a partir de distintas formas de opressão e exclusão simbolicamente sustentadas.

Mas, qual seria a estratégia organizativa e discursiva para superação destas múltiplas formas de dominação sofrida pelas mulheres negras? Na atual configuração multifacetada e global da realidade social, como enfrentar os desafios desta dupla exclusão? Um caminho, adotado pelos movimentos sociais, é a atuação em redes em que diversos grupos compartilham uma cultura de movimento e uma identidade coletiva que possibilita uma ação propositiva e participativa da sociedade civil rumo a uma política emancipatória (Scherer-Warren, 1993, 2006, 2007a). Na seção seguinte, veremos como se dá a organização e atuação em redes a partir das práticas discursivas de emancipação presentes no interior de duas articulações feministas e anti-racistas da sociedade civil, que lutam contra o seu legado histórico de discriminação.

Ensaio de formações discursivas, articulações em rede

Refletir sobre formas e práticas concretas de superação e desestabilização dos discursos hegemônicos historicamente consolidados e de formas a gerar uma maior inclusão dos grupos segregados não é uma tarefa banal, especialmente se considerarmos os ditames do universalismo da modernidade que não contempla em seu seio a diversidade, a diferença e os discursos de reparação das condições históricas de sujeição a que foram submetidos os grupos discriminados. Soma-se ainda o fato de que, os discursos emancipatórios estariam sendo perpassados e impactados pelo processo de globalização e complexificação do mundo contemporâneo sugerindo que os grupos subalternos não estariam restritos ‘apenas ao localismo, mas são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores globalizados, (...) o que traz novos desafios para a construção de plataformas mais inclusivas

de direitos humanos e para um civismo que não reduza esses povos a uma cidadania genérica da modernidade' (Scherer-Warren, 2009, p. 9).

Entre os desafios do novo milênio estariam o redimensionando das estruturas organizativas, dos objetivos e das agendas dos movimentos sociais que, antenados com as mudanças sócio-históricas e políticas, dirigem seus esforços para uma ação conjunta com uma multiplicidade de atores que conectados por meio de redes de movimentos sociais e da sociedade civil potencializam e alimentam as possibilidades de atuação política e pública contemplando a inclusão de uma ampla diversidade de sujeitos (Scherer-Warren, 2007b).

As mudanças significativas no caráter e no padrão organizacional dos movimentos sociais, por meio do aprofundamento e da ampliação de práticas dialógicas, interativas e compartilhadas entre diferentes sujeitos coletivos, sugerem a atuação em redes como estratégia de empoderamento dos movimentos sociais e da sociedade civil, na medida em que conecta diferentes atores e lutas na busca de re-significação das estruturas materiais e simbólicas promotoras da herança histórica de exclusão.

Para Scherer-Warren, uma sociedade articulada em redes é aquela em que os diversos níveis da sociedade civil

[...] percebem cada vez mais a necessidade de se articularem como outros grupos como a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania, atribuindo, portanto, legitimidade às esferas de mediação entre os movimentos de base (os fóruns e redes) e o Estado, por um lado, e buscando construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro (Scherer-Warren, 2006, p. 113-114).

Neste caminho, as redes sociais de relacionamento interpessoal e interorganizacionais são práticas mobilizadas não somente por “comunidades” locais na resolução dos seus problemas, mas também, por diversos atores que buscam expandir suas demandas simbólicas para além das fronteiras nacionais, buscando impactos muito mais amplos, visibilidade e adeptos.

Os atores atrelados às redes são os mais diversos e a sua capilaridade, mobilidade e conectividade permitem que certas discursividades circulem transversalmente, tendo em vista a resolução de problemas e/ou à promoção de uma opinião pública consciente dos processos de discriminação social. Neste sentido, as redes, por meio da sua permeabilidade e abertura aos vínculos e articulações entre diversas plataformas de direitos, se apresentam como forma de aprofundamento da democracia em realidades complexas. Por conseguinte, por meio das redes, é possível construir pactos, alianças e parcerias que podem, dependendo da sua intensidade, pluralidade, dinamismo e grau de mobilização, afetar as decisões políticas e

públicas na construção de agendas que contemplem a inclusão e os direitos das populações subalternas. Assim, além de maleabilidade e movimento, a noção de redes sociais implica na ideia de multiplicidade e de diálogo e respeito à diferença, expresso nas muitas redes transversais de relações criadas em torno das questões de raça, gênero, cultura e outros (Scherer-Warren, 2006, 2007a, 2009).

É neste espírito, e acreditando que ‘será na intercomunicação entre grupos sociais distintos, mas conectados por redes, que a relação entre a tradição e as raízes culturais, por um lado, e as opções políticas e as utopias, por outro, poderão ser revistas criticamente atribuindo-se novos significados às situações de opressão e discriminações históricas’ (Scherer-Warren, 2009, p. 10), que trago para a reflexão, na interface da questão racial e de gênero e da possibilidade da vivência do diálogo multicultural, o exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) – uma rede nacional de Fóruns de Mulheres, e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) – uma rede nacional de ONGs de mulheres negras⁵.

Do ponto de vista das formas de organização, estes fóruns da sociedade civil podem ser lidos como uma rede interorganizacional (Scherer-Warren, 2006) que articula e representa as diversas associações e/ou ONGs nacionais que expressam as suas demandas simbólicas, sociais e materiais em torno das questões feministas e étnicas. Assim, sob a perspectiva da luta simbólica e da prática política estas articulações tomam as mulheres como atrizes históricas da transformação da sua própria condição social, considerando-se catalisadoras das mudanças sociais para elas próprias e para a sociedade como um todo (Ribeiro, 2006). No entanto, não são articulações homogêneas sendo compostas por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, apresentando diferentes posicionamentos em relação a algumas questões (como o debate sobre o aborto, por exemplo) e tratamento diferenciados quando do encontro com outras temáticas, como a racial, étnica, de orientação sexual, geracional, dentre outras.

Tradicionalmente, uma crítica a estrutura da sociedade, ao legado histórico sofrido e ao feminismo clássico branco, é feito pelas feministas negras em vários continentes ‘que condenam suas colegas brancas por ter deixado de lado um dos problemas-chave para a teoria feminista, que é o de abordar as conexões entre raça e gênero, evitando privilegiar o sexo acima da raça’ (Munanga, s/d, p. 8). Segundo Azeredo (*apud* Ribeiro, 2006, p. 803) seria

⁵ Todos os dados referentes a estas articulações que aqui serão mencionados fazem parte do acervo documental do Projeto AMFES – As Múltiplas Faces da Exclusão Social, NPMS/CNPq, em andamento, coordenado pela Prof^a Dr^a Ilse Scherer-Warren, a quem agradeço a gentil concessão dos dados.

‘devido à forma como o movimento feminista tem se organizado, a imagem da feminista tem sido caracterizada como branca, de classe média e intelectualizada’.

Mas, a busca pela construção de uma plataforma transversal de direitos que contemple a inclusão de diferentes identidades e valores no contexto de uma formação discursiva pós-colonial, permitiu a incorporação e o reconhecimento da discursividade e das contribuições das feministas negras que, recolocando em pauta as temáticas raciais e étnicas, possibilitou que na articulação antes exclusivamente feminista, se fixasse:

Como objetivo estratégico e apoio e aliança com articulações de mulheres negras no processo de debates preparatórios à Conferência Mundial contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada em Durban (África do Sul, 2001). Nos anos seguintes, deu-se sequência a esta aliança promovendo-se o debate sobre a questão racial entre feminismo e desta junto a seus parceiros, (...) e ainda o posicionamento da AMB como uma articulação feminista anti-racista (AMB, s/d, p. 2).

Por parte da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras também se observa que a atuação em rede em um diálogo transversal com outras organizações feministas e anti-racistas é reconhecida e reafirmada como um meio de criação de significados comuns para a superação dos legados históricos de dominação em busca de uma maior inclusividade. Em caderno de publicações desta articulação (AMNB, 2003) se verifica que entre as suas estratégias de lutas, são elencadas: a) a atuação descentralizada em rede, com as organizações integrantes da Articulação e com os demais movimentos sociais nacional e internacionalmente; b) participação democrática das diferentes atrizes na construção de uma plataforma de ação e no desenvolvimento das ações políticas; c) desenvolvimento da capacidade de influir nas políticas públicas em todas as fases (elaboração, execução e monitoramento); d) diálogo permanente com organizações comprometidas com a luta anti-racista e antisexistas.

E entre as suas diretrizes futuras destaca-se, não somente a necessidade de ampliação e fortalecimento das organizações de mulheres negras dos diversos níveis da federação, mas também tornar-se imperativo um maior envolvimento destas ‘com outros movimentos sociais (...), a ampliação dos espaços de mídia para abordagem feminista e anti-racista desde as perspectivas das mulheres negras e a atualização e redefinição de uma plataforma feminista e anti-racista nacional’ (AMNB, 2003, p. 21).

Outra possibilidade de diálogo multicultural e étnico⁶ remete noção de “aliança de parentesco” firmada pelas mulheres negras e indígenas frente a pouca expressividade de suas

⁶ Exemplos extraídos de Scherer-Warren, 2009. Um maior detalhamento dos termos desta aliança pode ser encontrado neste mesmo texto.

temáticas e demandas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres convocada pelo Presidente da República⁷ e realizada em Brasília em 2004. Ambas ao se considerarem ‘etnias oprimidas pelo processo de colonização, (...) credoras de reparação histórica no que diz respeito à diminuição da desigualdade, à conquista de direitos, à visibilidade e ao reconhecimento social e político’ (Scherer-Warren, 2009, p. 11-12), optaram por construir uma aliança estratégica e elaborar uma “Carta de Aliança de Parentesco entre Índias e Negras” que, ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade de interesses e valores, também permite a expressão de suas lutas, o combate as desigualdades sociais e políticas com vistas à promoção da cidadania e a superação do legado colonialista e racista que foram alvos.

Sob o prisma dos repertórios de ação política⁸ (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009) mobilizados pelas redes de articulações da sociedade civil verifica-se uma atuação pautada tanto pela persistência de repertórios convencionais quanto por estratégias inovadoras.

Para exemplificar, em documento elaborado pela AMB, durante o XIV Encontro Nacional Feminista (2003) que buscava a elaboração de propostas do movimento para serem encaminhadas à Conferência Nacional supracitada, as militantes do movimento assim comentam:

A participação na Conferência não é a única, mas uma de nossas estratégias de luta. É igualmente importante e estratégico que o movimento faça avançar o debate na sociedade, conseguindo adesão e aliadas/os para suas críticas sobre a realidade e suas propostas de transformação das políticas públicas. (...). Entendemos que parte importante da luta feminista por políticas públicas são manifestações e atos públicos durante o processo da Conferência, além da presença feminista em debate de rádio, entrevistas de TV e artigos de jornais (AMB, 2004, p. 8).

Mas, também destacam que ‘lutamos cotidianamente para transformar o sistema de poder instalado, que é a um só tempo patriarcal, racista e capitalista. Nas vigílias, atos, passeatas e marchas colocamos nossa energia, nossa confiança na transformação social e num mundo de igualdade e diversidade’ (Batista e AMB, 2006).

De fato, considerando as mobilizações na esfera pública como um dos níveis de mobilização e atuação das articulações dos atores da sociedade civil (Scherer-Warren, 2006), vale ressaltar a realização da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995) e Marcha Zumbi + 10 (2005), todas buscando não somente promover impactos mais amplos, visibilidade, adeptos e expandir as suas demandas a

⁷ O objetivo desta Conferência era o de propor diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para Mulheres a ser implementado pelo Governo Federal.

⁸ De acordo com os autores os repertórios “não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (p. 24).

nível global, como também representam a possibilidade de expressão de um diálogo transversal que respeite a diversidade de interesses e que permite a estas articulações a passagem de uma identificação e pauta unitária para uma identidade múltipla que incorpora diversas dimensões da luta por direitos. É neste entendimento que o documento oficial da marcha realizada em 1995 afirma que esta ‘demonstrou que somos capazes de dar à luta contra o racismo um caráter único e nacional, respeitando as diferentes perspectivas em ação existentes no interior do Movimento Negro’ (Carneiro, 2005, p. 1). Reconhecimento e reafirmando o desafio do respeito à diversidade existente no interior do movimento, que para a marcha realizada 10 anos depois, permanecia o desejo de:

Libertação dos mecanismos que historicamente vêm tutelando a ação política dos negros brasileiros, anunciado a possibilidade de sairmos da minoria política para alcançarmos o patamar de autonomia e autodeterminação que caracteriza qualquer movimento social maduro e consciente do papel histórico que lhe cabe cumprir em defesa dos seus (Carneiro, 2005, p. 1).

Ademais tanto a Marcha Mundial das Mulheres quanto as Marchas Zumbi associam as suas causas particulares (discriminação de gênero e de raça) a princípios mais amplos que remetem e perpassam a denúncia das múltiplas faces da exclusão social e a mobilização pela efetivação dos direitos humanos (Scherer-Warren, 2006).

Considerações finais

Como posto, pretendeu-se à luz do debate pós-colonial ensaiar algumas aproximações entre as questões de gênero e de raça para se pensar e problematizar os processos de discriminação social. Buscando romper com os essencialismos das abordagens eurocêntricas, os estudos pós-coloniais (re)colocam em cena elementos escamoteados pelo discurso da modernidade européia abrindo caminhos para se compreender e reconhecer as injustiças praticadas contra os grupos historicamente subalternos. Neste espírito, ao recompor parte dos argumentos da abordagem pós-colonial era meu intuito buscar uma compreensão mais ampliada, crítica e reflexiva do legado histórico da modernidade, especialmente aqueles que incidem sobre as mulheres negras. Neste aspecto, foram elencados não somente as discursividades hegemônicas que fixam os sujeitos em estruturas rígidas e hierárquicas perpassadas por densas tramas de dominação e exclusão, mas também, as práticas discursivas e articulatórias mobilizadas pelos grupos subalternos – em especial das mulheres negras –

como estratégia de denúncia e superação das relações de dependência. De alguma forma, tentou-se mostrar que o estabelecimento de redes de solidariedade e de mútua-ajuda amparadas em uma concepção ampla e transversal de direitos humanos tem sido uma das formas organizativas mobilizadas pelos sujeitos coletivos na construção de um projeto emancipador de sociedade mais justa e equânime.

O aprendizado que fica sugere que, de fato, é necessário olhar cada vez mais com cuidado e nitidez para os processos históricos de discriminação dando destaque para os diversos discursos emancipatórios que se entrecruzam e compõem o terreno, no qual os sujeitos históricos dominados buscam transformar a sua própria condição social. O avanço desta discussão reflete, em alguma medida, um processo gestado no interior da sociedade que busca a pluralização dos atores, a complexificação da pauta de direitos e a ampliação de uma agenda política e pública mais inclusiva, sinalizando os caminhos que devem ser seguidos com vistas à superação das desigualdades, com destaque para o protagonismo das mulheres negras. Como diria Bourdieu (2010, p. 5), é necessário que as mulheres se comprometam com uma ação política para ‘que elas saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica, (...) formas de organização e de ação coletivas (...) capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação’.

Referências Bibliográficas

- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. (s/d). *Sobre a AMB*. Brasília. (mimeo).
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. (2004). *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas*. Recife: Secretaria Executiva da AMB.
- ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. (2003). *Cadernos de Publicação*. Rio de Janeiro, Edição nº 1.
- BATISTA, C; ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. (2006). Articulação de Mulheres Brasileiras: uma luta cotidiana. *Instituto Beneficente Viva a Viva Notícias Online*. URL: <http://www.ibvivavida.org.br/noticias.asp?id=1780> (Acesso em: 15 jun 10).
- BOURDIEU, P. (2010). *A Dominação Masculina*, 7º ed., trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARNEIRO, S. (2005). Resgatando a Iniciativa Política do Movimento Negro. *Jornal Irohin*. URL: <http://www.irohin.org.br/imp/n11/07.htm> (Acesso em: 15 abr 10).
- CHAUÍ, M. (2006). *Cultura e democracia: o discurso compete e outras falas*, 11º ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez.
- COSTA, S. (s/d). *Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial*. URL: <http://www.npms.ufsc.br/programas/poscolonialismo%20Costa.pdf> (Acesso em: 17 abr 10).
- DIJK, T. (2008). Introdução. In: DIJK, T. (Ed.). *Racismo e Discurso na América Latina*, p 11-24. São Paulo: Contexto.
- DUSSEL, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Ed). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, p. 55-70. Buenos Aires: Colección Sur, CLACSO, URL: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf> (Acesso em: 05 jul 10).
- FANON, F. (1983). *Los Condenados de la Tierra*, 2º ed., trad. Julieta Campos. México: Fondo de Cultura Económica.
- FREYRE, G. (1933). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt.
- HALL, S. (1996). Introduction: Who Needs “Identity”? In: HALL, S; DU GAY, Paul. (Eds.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Publications.
- HALL, S. (2003). A Questão Multicultural. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, p. 51-100, trad. A. G. Resende; A. C. Escosteguy; C. Álvares; F. Rüdiger; S. Amaral. Belo Horizonte: Ed UFMG.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. (2004). *Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia*, 7º ed., trad. Ernesto Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A.
- McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova Online*, s/v (76), pp. 11-48. ISSN 0102-6445. doi: 10.1590/S0102-64452009000100002. URL: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf> (Acesso: 20 abr 2010).

- MUNANGA, K. (s/d). *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica. São Paulo. URL: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/05diversidade.pdf> (Acesso em: 15 abr 10).
- RIBEIRO, M. (2006). O feminismo em novas rotas e visões. *Revista de Estudos Feministas Online*, 14(3), pp. 801-811. ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2006000300012 URL: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf> (Acesso: 12 jun 10).
- SAFFIOTI, H. (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- SCHERER-WARREN, I. (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- SCHERER-WARREN, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado Online*, 21 (1), pp. 109-130. ISSN 0102-6992. doi: 10.1590/S0102-69922006000100007. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007 (Acesso em: 12 abr 10).
- SCHERER-WARREN, I. (2007a). Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, pp. 9-21, 7 (1), jan./jun.,
- SCHERER-WARREN, I. (2007b). Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Política & Sociedade Online*, 6 (11), pp. 19-40. URL: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1254/1199> (Acesso em: 17 abr 10).
- SCHERER-WARREN, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH Online*, 21 (54), pp. 505-517. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792008000300007. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007 (Acesso em: 08 abr 10).
- SCHERER-WARREN, I. (2009). *Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina*. Palestra na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. URL: <http://www.npms.ufsc.br/programas.php> (Acesso em: 27 abr 10).
- SILVA, P. V. B; ROSEMBERG, F. (2008). Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, T. (Ed.). *Racismo e discurso na América Latina*, p. 73-117. São Paulo: Contexto.